

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros -EURO)

ACTIVO	Notas	1999				1998	
		AB	AP	AL		AL	
		PTE	PTE	PTE	EURO	PTE	EURO
IMOBILIZADO:							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	27	146.243	102.283	43.960	219,27	68.881	343,58
Despesas de investigação e desenvolvimento	27	41.287	41.287	-	-	-	-
Propriedade industrial e outros direitos	27	14.225	14.180	45	0,22	-	-
Imobilizações em curso	27	21.562	-	21.562	107,55	-	-
Diferenças de consolidação	10 e 27	2.739.255	136.963	2.602.292	12.980,18	-	-
		2.962.572	294.713	2.667.859	13.307,22	68.881	343,58
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	27	871.257	-	871.257	4.345,81	658.701	3.285,59
Edifícios e outras construções	27	4.275.226	919.155	3.356.071	16.740,01	2.702.999	13.482,50
Equipamento básico	27	22.968.077	12.741.244	10.226.833	51.011,23	10.837.479	54.057,12
Equipamento de transporte	27	208.061	113.356	94.705	472,39	55.527	276,97
Ferramentas e utensílios	27	21.232	15.424	5.808	28,97	3.264	16,28
Equipamento administrativo	27	287.933	160.380	127.553	636,23	116.158	579,39
Outras imobilizações corpóreas	27	137.889	32.225	105.664	527,05	107.565	536,53
Imobilizações em curso	27	462.533	-	462.533	2.307,10	114.883	573,03
		29.232.208	13.981.784	15.250.424	76.068,79	14.596.576	72.807,41
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas associadas	27	1.026.822	184.143	842.679	4.203,27	800.397	3.992,36
Empréstimos a empresas associadas	27	299.138	-	299.138	1.492,09	203.000	1.012,56
Partes de capital em empresas participadas	27	21.250	20.000	1.250	6,23	1.250	6,23
Títulos e outras aplicações financeiras	46	12.014	1.031	10.983	54,78	5.616	28,01
		1.359.224	205.174	1.154.050	5.756,38	1.010.263	5.039,17
CIRCULANTE:							
Existências:							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	46	675.275	6.060	669.215	3.338,03	459.080	2.289,88
Produtos e trabalhos em curso		105.489	-	105.489	526,18	24.996	124,68
Mercadorias		872	-	872	4,35	28	0,14
		781.636	6.060	775.576	3.868,56	484.104	2.414,70
Dívidas de terceiros-curto prazo:							
Clientes, conta corrente		3.322.670	-	3.322.670	16.573,41	2.139.099	10.669,78
Clientes - títulos a receber		67.068	-	67.068	334,53	58.906	293,82
Clientes de cobrança duvidosa	46	2.031.497	2.031.497	-	-	1.029	5,13
Empresas associadas		661.101	-	661.101	3.297,56	591.262	2.949,20
Adiantamentos a fornecedores		20.017	-	20.017	99,84	60.154	300,05
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		28.708	-	28.708	143,19	35.308	176,12
Estado e outros entes públicos	53	347.486	-	347.486	1.733,25	29.582	147,55
Outros devedores	46	1.334.068	567.320	766.748	3.824,52	382.199	1.906,40
		7.812.615	2.598.817	5.213.798	26.006,31	3.297.539	16.448,06
Títulos negociáveis:							
Outros títulos negociáveis	46	65.000	293	64.707	322,76	-	-
Depósitos bancários e caixa:							
Depósitos bancários		551.240	-	551.240	2.749,57	205.441	1.024,74
Caixa		4.045	-	4.045	20,18	2.672	13,33
		555.285	-	555.285	2.769,75	208.113,00	1.038,06
Acréscimos e diferimentos:							
Acréscimos de proveitos	49	306.459	-	306.459	1.528,61	345.471	1.723,20
Custos diferidos	49	275.615	-	275.615	1.374,76	209.090	1.042,94
		582.074	-	582.074	2.903,37	554.561	2.766,14
Total de amortizações			14.277.528				
Total de provisões			2.809.313				
Total do activo		43.350.614	17.086.841	26.263.773	131.003,15	20.220.037	100.857,12

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

DE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

25.352

512/ET

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 e 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros - EURO)

		1999		1998	
Notas					
		PTE	EURO	PTE	EURO
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital	50	4.000.000	19.951,92	4.000.000	19.951,92
Acções próprias - Valor nominal	50	(42.213)	(210,56)	-	-
Acções próprias - Descontos e prémios	50	(39.678)	(197,91)	-	-
Diferenças de consolidação	10 e 50	18.301	91,29	18.301	91,29
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	10 e 50	24.251	120,96	24.251	120,96
Reservas de reavaliação	50	1.796.968	8.963,24	1.796.968	8.963,24
Reservas:					
Reserva legal	50	142.544	711,01	113.044	563,86
Outras reservas	50	240.188	1.198,05	240.175	1.197,99
Resultados transitados	50	(558.654)	(2.786,55)	(755.140)	(3.766,62)
		5.581.707	27.841,44	5.437.599	27.122,63
Resultado líquido do exercício	50	472.239	2.355,52	559.214	2.789,35
Total do capital próprio		6.053.946	30.196,96	5.996.813	29.911,98
INTERESSES MINORITÁRIOS:					
		21.308	106,28	18.838	93,96
PASSIVO:					
Provisões para riscos e encargos:					
Outras provisões para riscos e encargos	46	126.303	630,00	6.609	32,97
Dívidas a terceiros-Médio e longo prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
Não convertíveis	51	2.449.900	12.220,05	2.449.900	12.220,05
Dívidas a instituições de crédito	51	3.230.000	16.111,17	1.275.000	6.359,67
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		64.420	321,33	182.771	911,66
Outros empréstimos obtidos	51	4.179.908	20.849,29	3.338.869	16.654,21
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	52	3.108.842	15.506,84	2.416.915	12.055,52
Estado e outros entes públicos	53	26.696	133,16	29.553	147,41
		13.059.766	65.141,84	9.693.008	48.348,52
Dívidas a terceiros-Curto prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
Não convertíveis	51	60	0,30	60	0,30
Dívidas a instituições de crédito	51	1.374.900	6.857,97	320.703	1.599,66
Fornecedores, conta corrente		1.056.497	5.269,78	546.941	2.728,13
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		36.936	184,24	25.899	129,18
Fornecedores - títulos a pagar		398.428	1.987,35	550.738	2.747,07
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		144.455	720,54	157.256	784,39
Outros empréstimos obtidos	51	337.086	1.681,38	211.124	1.053,08
Fornecedores de imobilizado, conta corrente		2.064.013	10.295,25	1.039.604	5.185,52
Estado e outros entes públicos	53	530.409	2.645,67	572.352	2.854,88
Outros credores		218.747	1.091,11	326.301	1.627,58
		6.161.531	30.733,59	3.750.978	18.709,80
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de custos	49	397.311	1.981,78	290.889	1.450,95
Proveitos diferidos	49	443.608	2.212,71	462.902	2.308,95
		840.919	4.194,49	753.791	3.759,89
Total do passivo		20.188.519	100.699,91	14.204.386	70.851,18
Total do capital próprio, dos interesses minoritários e do passivo		26.263.773	131.003,15	20.220.037	100.857,12

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros - EURO)

	Notas	1999				1998			
		PTE		EURO		PTE		EURO	
CUSTOS E PERDAS									
Custo das mercadorias vendidas e das materias consumidas:									
Mercadorias		270.952		1.351,50		1.617		8,07	
Materias		3.951.339	4.222.291	19.709,20	21.060,70	2.116.902	2.118.519	10.559,06	10
Fornecimentos e serviços externos			2.894.985		14.440,12		2.128.827		10
Custos com o pessoal:									
Remunerações		2.560.712		12.772,78		1.692.508		8.442,19	
Encargos sociais:									
Pensões		3.996		19,93		5.276		26,32	
Outros		907.040	3.471.748	4.524,30	17.317,01	557.074	2.254.858	2.778,67	11
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	27	2.020.962		10.080,52		1.496.970		7.466,85	
Provisões	46	111.078	2.132.040	554,05	10.634,57	63.608	1.560.578	317,28	7
Impostos		68.954		343,94		44.548		222,20	
Outros custos e perdas operacionais		34.567	103.521	172,42	516,36	17.822	62.370	88,90	
(A)			12.824.585		63.968,76		8.125.152		40
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	44	50			-	50		0,25	
Juros e custos similares:									
Outros	44	1.149.921	1.149.971	5.735,78	5.735,78	1.140.151	1.140.201	5.687,05	5
(C)			13.974.556		69.704,54		9.265.353		46
Custos e perdas extraordinários	45		48.823		243,53		18.377		
(E)			14.023.379		69.948,07		9.283.730		46
Imposto sobre o rendimento do exercício	53 e 54		332.772		1.659,86		375.926		1
(G)			14.356.151		71.607,93		9.659.656		48
Interesses minoritários			2.629		13,11		1.405		
Resultado consolidado líquido do exercício			472.239		2.355,52		559.214		2
			14.831.019		73.976,56		10.220.275		50
PROVEITOS E GANHOS									
Vendas:									
Mercadorias		295.013		1.471,52		344		1,72	
Produtos		13.969.964		69.681,89		9.356.253		46.668,79	
Prestações de serviços	36	-	14.264.977	-	71.153,41	190.400	9.546.997	949,71	47
Variação da produção			74.097		369,59		(2.751)		
Trabalhos para a própria empresa			67.263		335,51		20.214		
Proveitos suplementares		20.760		103,55		134.754		672,15	
Subsídios à exploração		11.096		55,35		759		3,79	
Outros proveitos e ganhos operacionais		1.383	33.239	6,90	165,80	280	135.793	1,40	
(B)			14.439.576		72.024,30		9.700.253		48
Ganhos de participações de capital:									
Relativos a empresas associadas	44	42.282		210,90		18.387		91,71	
Relativos a outras empresas		281		1,40					
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:									
Outros		3.849		19,20		126		0,63	
Outros juros e proveitos similares:									
Relativos a empresas associadas	44	-		-		1.883		9,39	
Outros		170.481	216.893	850,36	1.081,86	386.668	407.064	1.928,69	2
(D)			14.656.469		73.106,16		10.107.317		50
Proveitos e ganhos extraordinários	45		174.550		870,65		112.958		
(F)			14.831.019		73.976,81		10.220.275		50
Resumo:									
Resultados operacionais: (B) - (A) =			1.614.991		8.055,54		1.575.101		7
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			(933.078)		(4.653,92)		(733.137)		(3,6)
Resultados correntes: (D) - (C) =			681.913		3.401,62		841.964		4
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			807.640		4.028,74		936.545		4
Resultado consolidado com os interesses minoritários do exercício: (F) - (G) =			474.868		2.368,88		560.619		2

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

DE

25.353
512/EnrT

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998**
(Montantes expressos em milhares de Escudos - PTE)

	Notas	1999	1998
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		17.918.824	10.469.852
Pagamentos a fornecedores		(9.511.561)	(4.571.908)
Pagamentos ao pessoal		(2.174.695)	(1.211.205)
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>		6.232.568	4.686.739
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(896.463)	(253.665)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		(1.707.503)	519.575
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>		3.628.602	4.952.649
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		28.001	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(21.556)	(1.303)
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>		3.635.047	4.951.346
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		20	-
Imobilizações corpóreas		420.637	14.670
Juros e proveitos similares		12.907	105
Dividendos		281	-
		433.845	14.775
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(2.000.201)	(1.250)
Imobilizações corpóreas		(823.675)	(2.600.112)
Imobilizações incorpóreas		(19.004)	(12.016)
		(2.842.880)	(2.613.378)
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>		(2.409.035)	(2.598.603)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de :			
Empréstimos obtidos		25.475.761	24.472.245
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		4.024	-
Vendas de acções próprias		1.435	-
Juros e proveitos similares		4	-
		25.481.224	24.472.245
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(24.501.382)	(24.879.753)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.196.567)	(1.194.870)
Juros e custos similares		(930.055)	(1.144.917)
Dividendos		(309.941)	-
Aquisição de acções próprias		(80.309)	-
		(27.018.254)	(27.219.540)
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>		(1.537.030)	(2.747.295)
Variações de caixa e seus equivalentes			
(4)=(1)+(2)+(3)		(311.018)	(394.552)
Efeito das diferenças de câmbio		(283)	(736)
Caixa e seus equivalentes no início do período		727.117	587.460
Caixa e seus equivalentes no fim do período	55	415.816	192.172

O anexo faz parte integrante da demonstração em 31 de Dezembro de 1999

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

25.354

512/ENT

25.356

512/ETLT

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 26.263.773 contos e um total de capital próprio de 6.053.946 contos, incluindo um resultado líquido de 472.239 contos), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Face à natureza e extensão das contingências que envolvem, fundamentalmente, uma empresa filial, entendemos tomar-se difícil a recuperação, na sua totalidade, de valores registados em investimentos financeiros e contas a receber cujos montantes globais ascendem a, cerca de, 447.190 e 1.960.799 mil contos, respectivamente (Em 31 de Dezembro de 1998, os valores em causa ascendiam a, cerca de, 351.051 e 1.019.702 mil contos).

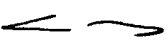
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do descrito no parágrafo número 6. acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 1999 e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

8. Chamamos a atenção para o facto de não ter sido preparada a Demonstração consolidada dos resultados por funções, razão pela qual não a podemos examinar e, consequentemente, não a incluímos na opinião expressa no parágrafo anterior.

Porto, 20 de Abril de 2000


Oscar José Alcáide da Quinta
(Insc. n.º 731)

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas de Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Lisgráfica") e empresas participadas ("Grupo"), os quais compreendem o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 1999, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999, que evidencia um total de mEsc. 26.263.773 e capitais próprios no montante de mEsc. 6.053.946, incluindo um resultado líquido de mEsc. 472.239, as demonstrações consolidadas de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas, a verificação das operações de consolidação e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

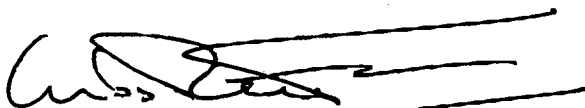
Reserva

4. Em 31 de Dezembro de 1999, encontram-se registados em investimentos financeiros e em contas a receber valores de, aproximadamente, mEsc. 447.000 e mEsc. 2.123.000, respectivamente, relativos a empresas participadas e relacionadas (mEsc. 351.000 e mEsc. 974.000, respectivamente, em 31 de Dezembro de 1998). Dada a situação financeira dessas empresas, nomeadamente o processo de viabilização em que uma delas se encontra, entendemos que aqueles valores não serão realizados na sua totalidade. Em consequência, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 1999 encontram-se sobreavaliados em mEsc. 2.570.000.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 4 acima, a informação financeira consolidada constante dos documentos de prestação de contas mencionados no parágrafo 1 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. e empresas participadas, em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
 - (ii) satisfaz em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 6 de Abril de 2000



FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros - EURO)

ATIVO	Notas	1999				1998	
		AB	AP	AL		AL	
		PTE	PTE	PTE	EURO	PTE	EURO
IMOBILIZADO:							
Imobilizações incorpóreas:							
Despesas de instalação	10	115.977	73.185	42.792	213,45	66.727	332,83
Propriedade industrial e outros direitos	10	40	40	-	0,00	-	0,00
Trespases	10	2.739.255	136.963	2.602.292	12.980,18	-	0,00
		2.855.272	210.188	2.645.084	13.193,62	66.727	332,83
Imobilizações corpóreas:							
Terrenos e recursos naturais	10	658.701	-	658.701	3.285,59	658.701	3.285,59
Edifícios e outras construções	10	3.067.360	462.423	2.604.937	12.993,37	2.645.128	13.193,84
Equipamento básico	10	19.082.737	9.873.188	9.209.549	45.937,04	10.354.695	51.649,00
Equipamento de transporte	10	106.033	51.934	54.099	269,84	48.579	242,31
Ferramentas e utensílios	10	8.562	6.336	2.226	11,10	2.312	11,53
Equipamento administrativo	10	189.395	97.205	92.190	459,84	99.728	497,44
Outras imobilizações corpóreas	10	120.704	18.291	102.413	510,83	104.600	521,74
Imobilizações em curso	10	455.284	-	455.284	2.270,95	114.883	573,03
		23.688.776	10.509.377	13.179.399	65.738,57	14.028.626	69.974,49
Investimentos financeiros:							
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	1.252.978	184.143	1.068.835	5.331,33	410.144	2.045,79
Empréstimos a empresas do grupo	10	299.138	-	299.138	1.492,09	203.000	1.012,56
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	541.810	-	541.810	2.702,54	652.345	3.253,88
Títulos e outras aplicações financeiras	10	6.311	745	5.566	27,76	5.616	28,01
		2.100.237	184.888	1.915.349	9.553,72	1.271.105	6.340,25
CIRCULANTE:							
Existências:							
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	34	371.296	6.060	365.236	1.821,79	401.976	2.005,05
Produtos e trabalhos em curso		64.595	-	64.595	322,20	19.356	96,55
Mercadorias		872	-	872	4,35	28	0,14
		436.763	6.060	430.703	2.148,34	421.360	2.101,73
Dívidas de terceiros - Curto prazo:							
Cientes, c/c		2.036.882	-	2.036.882	10.159,92	1.974.097	9.846,75
Cientes - Títulos a receber		8.030	-	8.030	40,05	58.906	293,82
Cientes de cobrança duvidosa	23 e 34	1.405.317	1.405.317	-	-	-	0,00
Empresas do grupo	16	867.002	-	867.002	4.324,59	780.738	3.894,30
Adiantamentos a fornecedores		17.517	-	17.517	87,37	60.154	300,05
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		17.952	-	17.952	89,54	34.808	173,62
Estado e outros entes públicos	48	342.585	-	342.585	1.708,81	28.640	142,86
Outros devedores	16, 23 e 34	2.362.723	567.320	1.795.403	8.955,43	423.772	2.113,77
		7.058.008	1.972.637	5.085.371	25.365,72	3.361.115	16.765,17
Depósitos bancários e caixa:							
Depósitos bancários	51	164.998	-	164.998	823,01	172.398	859,92
Caixa	51	1.795	-	1.795	8,95	1.730	8,63
		166.793	-	166.793	831,96	174.128	868,55
Acréscimos e diferimentos:							
Acréscimos de proveitos	49	304.128	-	304.128	1.516,98	332.707	1.659,54
Custos diferidos	49	209.121	-	209.121	1.043,09	198.687	991,05
		513.249	-	513.249	2.560,08	531.394	2.650,58
Total de amortizações			10.720.310				
Total de provisões			2.162.840				
Total do activo		36.819.098	12.883.150	23.935.948	119.392,01	19.854.455	99.033,60

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 1999

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

25.345

512/EMIT

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros - EURO)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	1999		1998	
		PTE	EURO	PTE	EURO
CAPITAL PRÓPRIO:					
Capital	36 e 40	4.000.000	19.951,92	4.000.000	19.951,92
Ações próprias - Valor nominal	40	(42.213)	(210,56)	-	0,00
Ações próprias - Descontos e prémios	40	(39.678)	(197,91)	-	0,00
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	16 e 40	(485.316)	(2.420,75)	(473.642)	(2.362,52)
Reservas de reavaliação	40	1.796.968	8.963,24	1.796.968	8.963,24
Reservas:					
Reserva legal	40	142.544	711,01	113.044	563,86
Outras reservas	40	1.586	7,91	1.573	7,85
Resultados transitados	40	208.904	1.042,01	1.283	6,40
Subtotal		5.582.795	27.846,86	5.439.226	27.130,74
Resultado líquido do exercício	40	472.239	2.355,52	557.122	2.778,91
Total do capital próprio		6.055.034	30.202,38	5.996.348	29.909,66
PASSIVO:					
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
Não convertíveis	50	2.449.900	12.220,05	2.449.900	12.220,05
Dividas a instituições de crédito	50	3.230.000	16.111,17	1.275.000	6.359,67
Outros empréstimos obtidos	50	3.845.533	19.181,44	3.338.869	16.654,21
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		64.420	321,33	182.771	911,66
Fornecedores de imobilizado, c/c		2.650.856	13.222,41	2.416.915	12.055,52
		12.240.709	61.056,40	9.663.455	48.201,11
Dividas a terceiros - Curto prazo:					
Empréstimos por obrigações:					
Não convertíveis	50	60	0,30	60	0,30
Dividas a instituições de crédito	50	868.390	4.331,51	250.000	1.246,99
Fornecedores, c/c		746.511	3.723,58	469.439	2.341,55
Fornecedores - Facturas recepção e conferência		30.584	152,55	25.899	129,18
Fornecedores - Títulos a pagar		378.236	1.886,63	508.165	2.534,72
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		144.455	720,54	157.256	784,39
Outros empréstimos obtidos	50	243.336	1.213,75	211.124	1.053,08
Fornecedores de imobilizado, c/c	15	1.922.338	9.588,58	1.027.007	5.122,69
Estado e outros entes públicos	48	445.421	2.221,75	541.075	2.698,87
Outros credores		197.486	985,06	310.047	1.546,51
		4.976.817	24.824,26	3.500.072	17.458,29
Acréscimos e diferimentos:					
Acréscimos de custos	49	258.297	1.288,38	234.250	1.168,43
Proveitos diferidos	49	405.091	2.020,59	460.330	2.296,12
		663.388	3.308,97	694.580	3.464,55
Total do passivo		17.880.914	89.189,62	13.858.107	69.123,95
Total do capital próprio e passivo		23.935.948	119.392,01	19.854.455	99.033,60

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 1999

O TÉCNICO DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998
(Montantes expressos em milhares de escudos - PTE e milhares de euros - EURO)

	Notas	1999				1998			
		PTE		EURO		PTE		EURO	
CUSTOS E PERDAS									
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:									
Mercadorias	41	270.952		1.351,50		1.572		7,84	
Matérias	41	2.086.155	2.357.107	10.405,70	11.757,20	1.943.722	1.945.294	9.695,24	9.703,09
Fornecimentos e serviços externos			2.296.403		11.454,41		2.060.667		10.278,56
Custos com o pessoal:									
Remunerações		1.900.687		9.480,59		1.446.265		7.213,94	
Encargos sociais:									
Pensões		3.996		19,93		5.276		26,32	
Outros		678.910	2.583.593	3.386,39	12.886,91	480.440	1.931.981	2.396,42	9.636,68
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	1.561.332		7.787,89		1.392.373		6.945,13	
Provisões	34	74.073	1.635.405	369,47	8.157,37	50.286	1.442.659	250,83	7.195,95
Impostos		57.060		284,61		41.766		208,33	
Outros custos e perdas operacionais		22.661	79.721	113,03	397,65	14.418	56.184	71,92	280,24
(A)			8.952.229		44.653,53		7.436.785		37.094,53
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	-		0,00		56.337		281,01	0,00
Amort. e provisões de aplicações e investimentos financeiros	45	50		0,25		49		0,24	
Juros e custos similares:									
Outros	45	1.041.572	1.041.622	5.195,34	5.195,59	1.117.070	1.173.456	5.571,92	5.853,17
(C)			9.993.851		49.849,12		8.610.241		42.947,70
Custos e perdas extraordinários	46		20.109		100,30		11.598		57,85
(E)			10.013.960		49.949,42		8.621.839		43.005,55
Imposto sobre o rendimento do exercício	6 e 48		297.000		1.481,43		375.000		1.870,49
(G)			10.310.960		51.430,85		8.996.839		44.876,04
Resultado líquido do exercício			472.239		2.355,52		557.122		2.778,91
			10.783.199		53.786,37		9.553.961		47.654,96
PROVEITOS E GANHOS									
Vendas:									
Mercadorias		295.013		1.471,52		344		1,72	
Produtos		9.587.142		47.820,46		8.681.837		43.304,82	
Prestações de serviços	44	182.000	10.064.155	907,81	50.199,79	182.000	8.864.181	907,81	44.214,35
Variação da produção	42		45.239		225,65		2.936		14,64
Trabalhos para a própria empresa			65.752		327,97		20.213		100,82
Proveitos suplementares		97.279		485,23		133.783		667,31	
Outros proveitos e ganhos operacionais		-	97.279	-	485,23		133.783		667,31
(B)			10.272.425		51.238,64		9.021.113		44.997,12
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	315.173		1.572,08		30.954		154,40	
Rendimentos títulos negociáveis e outras aplicações financeiras									
Outros	45	134		0,67		126		0,63	
Outros juros e proveitos similares:									
Relativos a empresas do grupo	45	-		-		1.883		9,39	
Outros	45	134.291	449.598	669,84	2.242,59	404.483	437.446	2.017,55	2.181,97
(D)			10.722.023		53.481,23		9.458.559		47.179,09
Proveitos e ganhos extraordinários	46		61.176		305,14		95.402		475,86
(F)			10.783.199		53.786,37		9.553.961		47.654,96
Resumo:									
Resultados operacionais: (B) - (A) =			1.320.196		6.585,11		1.584.328		7.902,59
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			-592.024		-2.953,00		-736.010		-3.671,20
Resultados correntes: (D) - (C) =			728.172		3.632,11		848.318		4.231,39
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			769.239		3.836,95		932.122		4.649,40
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =			472.239		2.355,52		557.122		2.778,91

Taxa de conversão EURO = 200,482 PTE

O anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Vitor Manuel Condinho da Silva

DE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimento, representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Montantes expressos em milhares de Escudos – mEsc.)

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:

	Notas	1999	1998
Recebimentos de clientes		12.136.556	9.626.828
Pagamentos a fornecedores		(4.960.916)	(4.196.267)
Pagamentos ao pessoal		(1.399.016)	(1.021.044)
Fluxos gerados pelas operações		5.776.624	4.409.517
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(839.284)	(213.401)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(1.524.267)	675.953
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		3.413.073	4.872.069
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		-	-
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(459)	(774)
Fluxos das actividades operacionais (1)		3.412.614	4.871.295

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:

Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		169.297	14.670
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10	(2.000.000)	-
Imobilizações corpóreas		(794.854)	(2.594.018)
Imobilizações incorpóreas		(10.024)	(12.016)
		(2.804.878)	(2.606.034)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(2.635.581)	(2.591.364)

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:

Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		25.212.592	24.250.648
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(23.920.441)	(24.638.540)
Amortizações de contratos de locação financeira		(1.020.232)	(1.153.253)
Juros e custos similares		(864.144)	(1.120.173)
Dividendos distribuídos	40	(309.941)	-
Aquisição de acções próprias		(80.309)	-
		(26.195.067)	(26.911.966)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(982.475)	(2.661.318)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)-(3)		(205.442)	(381.387)
Efeito das diferenças de câmbio		(283)	(736)
Caixa e seus equivalentes no início do período	51	174.128	556.251
Caixa e seus equivalentes no fim do período	51	(31.597)	174.128

O anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

O Técnico Oficial de Contas

Vitor Manuel Condinho da Silva

O Conselho de Administração:

António Brás Monteiro - Presidente

António Pedro Pinto de Ruella Ramos

António Alexandre Pires Brás Monteiro

Banco Mello de Investimentos, S.A.
Representado por
Pedro Manuel Brandão Rodrigues

José Luis André Lavrador

25.347
512 / Enit

DE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

25.349

S12/ER.T

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 23.935.948 contos e um total de capital próprio de 6.055.034 contos, incluindo um resultado líquido de 472.239 contos), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Face à natureza e extensão das contingências que envolvem, fundamentalmente, uma empresa filial, entendemos tornar-se difícil a recuperação, na sua totalidade, de valores registados em investimentos financeiros e contas a receber cujos montantes globais ascendem a, cerca de, 447.190 e 1.960.799 mil contos, respectivamente (Em 31 de Dezembro de 1998, os valores em causa ascendiam a, cerca de, 351.051 e 1.019.702 mil contos).

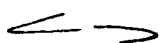
OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do descrito no parágrafo número 6. acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A. em 31 de Dezembro de 1999 e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASES

8. Chamamos a atenção para o facto de não ter sido preparada a Demonstração dos resultados por funções, razão pela qual não a pudemos examinar e, consequentemente, não a incluímos na opinião expressa no parágrafo anterior.

Porto, 20 de Abril de 2000


Oscar José Alçada da Quinta
(Insc. n.º 731)

- 9 JUN. 2000

35284

512/ENIT

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

(Montantes expressos em milhares de Escudos - mEsc.)

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas de Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa"), os quais compreendem o Relatório de Gestão do exercício de 1999, o balanço em 31 de Dezembro de 1999, que evidencia um total de mEsc. 23.935.948 e capitais próprios no montante de mEsc. 6.055.034, incluindo um resultado líquido de mEsc. 472.239, as demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

Âmbito

3. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações, e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de Gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e não consolidados, conforme dispõe a legislação aplicável, para apreciação pelos accionistas e posterior registo. Neste contexto e quando aplicável, os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método de equivalência patrimonial, tal como disposto na Directriz Contabilística nº 9 (Nota 16). Assim, foram considerados nos resultados líquidos e no capital próprio em 31 de Dezembro de 1999, o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, com base nas respectivas demonstrações financeiras, mas não o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos e proveitos, o que será efectuado nas demonstrações financeiras consolidadas a apresentar em separado e que consiste em aumentar os activos, os passivos (incluindo os interesses minoritários) e os proveitos em aproximadamente, mEsc. 2.328.000, mEsc. 2.329.000 e mEsc. 4.048.000, respectivamente.

Reserva

5. Em 31 de Dezembro de 1999 encontram-se registados em investimentos financeiros e em contas a receber valores de, aproximadamente, mEsc. 447.000 e mEsc. 2.123.000, respectivamente, relativos a empresas participadas e relacionadas (mEsc. 351.000 e mEsc. 974.000, respectivamente, em 31 de Dezembro de 1998). Dada a situação financeira dessas empresas, nomeadamente o processo de viabilização em que uma delas se encontra, entendemos que aqueles valores não serão realizados na totalidade. Em consequência, o activo e os capitais próprios em 31 de Dezembro de 1999 encontram-se sobreavaliados em mEsc. 2.570.000.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto para o efeito do assunto descrito no parágrafo 5 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no parágrafo 1 acima:
- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes e para os fins descritos no parágrafo 4 acima, a posição financeira de Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A., em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os quais foram aplicados de forma consistente com o exercício anterior; e
 - (ii) satisfaz em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Lisboa, 6 de Abril de 2000



FREIRE, LOUREIRO E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Carlos Pereira Freire

3328
512/CH

**Extracto da Acta nº. 51 da Assembleia Geral Anual
da LISGRÁFICA realizada às 12 horas
do dia 10 de Maio de 2000**

Devidamente convocada, a Assembleia Geral Anual foi presidida pelo Sr. Dr. João António Morais Leitão e registou a presença ou representação de 73,16% do capital social, aprovou as contas individuais e as contas consolidadas da empresa, bem como a proposta de aplicação dos resultados, tudo referente ao Exercício de 1999 e que se transcreve:

"Que, após a constituição de uma Provisão para Impostos sobre lucros, o Resultado apurado no exercício de 1999, no montante de 472.238.221\$30 (Quatrocentos e setenta e dois milhões, duzentos e trinta e oito mil, duzentos e vinte e um escudos e trinta centavos) que inclui Esc. 178.210.549\$50, com sinal positivo, de Resultados Financeiros resultantes da adopção do método da equivalência patrimonial tenha a seguinte aplicação:

1. Para Reserva legal, Esc. 23.611.912\$00
2. Para Resultados Transitados, o restante."

"Que se distribua, a título de Dividendos, a importância de Esc. 320.000.000\$00 (Trezentos e vinte milhões de escudos), equivalente a 80\$00/acção".

Em seguida, aprovou um voto de louvor e de confiança nos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, deliberou, no que diz respeito ao preenchimento de uma vaga no Conselho de Administração, suspender a Assembleia e prosseguir no próximo dia 25 de Julho, também pelas 12 horas, para deliberação deste ponto quinto da ordem de trabalhos, e, finalmente, deliberou prorrogar por mais um ano e nas mesmas condições a autorização concedida ao Conselho de Administração na Assembleia Geral de 29 de Março de 1999 para a compra e venda de acções da Sociedade.

Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade dos presentes.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mandato 1999 – 2002

Mesa da Assembleia Geral

Presidente:	Dr. João António Morais Leitão
Vice-Presidente:	Argº João Manuel Pinto de Ruella Ramos
Secretária:	Drª Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

Conselho de Administração

Presidente:	Dr. António Brás Monteiro
Vogais:	Dr. António Pedro Pinto de Ruella Ramos António Alexandre Pires Brás Monteiro Dr. José Luis André Lavrador

Conselho Fiscal

Presidente:	Dr. António de Almeida
Vogais:	Engº Nuno Martins Óscar da Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, Representada por Óscar José Alçada da Quinta (ROC nº 731)
Suplente:	Dr. José Manuel Varanda Marques, ROC

Secretário da Sociedade:	Dr. José Pedro Franco Brás Monteiro
Suplente:	Vitor Manuel Condinho da Silva